

O “NOVO” NOVO ENSINO MÉDIO

Fernando Cássio¹

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Seminário realizado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, em maio de 2023

Além de perverso com as juventudes, o “Novo Ensino Médio” (NEM, lei 13.415/2017) mostrou-se tecnicamente inviável. No estado de São Paulo, as 13 disciplinas do “velho” ensino médio foram esmigalhadas em 276 “componentes curriculares” que levaram ao caos a gestão escolar. O PL 5.230/2023 mitiga os problemas da reforma original ao retomar as 2.400 horas letivas totais que o NEM reduziu, mas mantém a fragmentação curricular dos itinerários formativos e o modelo de educação “profissional” baseado em cursos precários que suprimem a formação regular de estudantes na última etapa da educação básica

O governo federal finalmente enviou à Câmara dos Deputados o projeto de lei (PL) que altera a lei 13.415/2017, também conhecida como reforma do ensino médio ou pelo nome-fantasia de “Novo Ensino Médio”² (NEM). E, de fato, o NEM não passou de fantasia. Prometeu liberdade de escolha, expansão de carga horária, escolas de tempo integral e qualificação profissional; mas entregou precarização do ensino, piora nas condições de trabalho de docentes e privatização da oferta educativa direta. Aprofundou as desigualdades que toda política educacional deveria — pelo menos é o que reza o artigo 3º da Constituição Federal — combater.

Além de perverso com as juventudes — 88% dos(as) estudantes do ensino médio do país estudam nas escolas públicas que tiveram os currículos comprimidos pelo rolo simplificador da reforma — o NEM se mostrou tecnicamente inviável. No estado de São Paulo, as 13 disciplinas do “velho” ensino médio — um terrível excesso, trombeteavam os arautos empresariais da modernização educacional que elaboraram a reforma — foram esmigalhadas em 276 “componentes curriculares” que levaram a gestão das escolas a um estado de caos.

Montar calendários, organizar turmas e alocar professores(as) virou trabalho impossível com tantas disciplinas, a ponto de os(as) diretores(as) se verem obrigados(as) a reduzir a oferta de itinerários formativos para assegurar a permanência do corpo docente nas escolas. Professores(as) cuja formação acadêmica agora importa menos do que a capa-

cidade de animar plateias com oficinas de empreendedorismo juvenil.

As promessas da propaganda do NEM não se cumpriram, mas o projeto de reduzir o custo da educação dos mais pobres foi seguido à risca nos últimos três anos. Os “especialistas” dos institutos e fundações empresariais — que elaboraram a reforma e “auxiliaram” as secretarias estaduais de educação na implementação — só não contavam que a coisa iria degingolar tão rápido (a reforma era pior do que se imaginava). Os resultados das primeiras pesquisas foram implacáveis, e demonstraram que a reforma não tem a menor condição de cumprir aquilo que prometeu. Era óbvio, aliás, que uma reforma curricular altamente fragmentada implementada sobre um sistema educativo estruturalmente desigual tenderia a acentuar esses problemas.

Financiados por bilionários e cercenados pelos meios de comunicação, os “especialistas em educação” do empresariado foram alertados sobre os riscos desde o princípio. Arrogantes, pagaram para ver e insistiram na aventura. Implementaram a lei 13.415/2017 nas 27 redes estaduais do país, em parcerias com secretários de educação seduzidos com viagens para seminários em Oxford, Harvard, Stanford e outras mecas universitárias que estendem tapetes vermelhos para a filantropia educacional rica e bem intencionada do Sul Global. Três anos depois, milhões de estudantes não têm dúvida de que foram enganados: o “novo”, afinal, era pior do que o “velho”. Centenas de milhares de estudantes fizeram a pro-

va do Enem neste ano sem terem tido aulas de Química, Literatura, Sociologia etc. Já para a fauna que habita os escritórios climatizados das fundações e institutos empresariais, o fracasso do NEM foi apenas mais um erro de percurso. Reformas educacionais, afinal, são complexas e difíceis de implantar. A vedação do acesso ao conhecimento a toda uma geração de estudantes de escola pública é, na visão desses atores, um custo necessário ao aprimoramento de sua engenharia social. Depois de elaborarem e implementarem uma reforma educacional visivelmente deletéria, os reformadores empresariais agora providenciam remédios para os males que eles mesmos criaram. Na educação brasileira, o ciclo de criação-destruição das políticas neoliberais não gira; ele capota.

A pedido do governo Lula, o PL 5.230/2023 tramitará em regime de urgência no Congresso Nacional. O relator é o deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), ex-ministro da Educação de Michel Temer e considerado pai do NEM, e que pretende “aprimorar o legado de Temer” (sic!)

Produto do “consenso possível” entre um vasto campo social que luta há décadas pela garantia e pelo aprofundamento do direito à edu-



Deputado federal Mendonça Filho, relator do PL 5.230/23

cação e as elites empresariais que atuam para influenciar o desenho e a implementação das políticas educacionais no Brasil, o PL 5.230/2023 de “reforma da reforma”³ do ensino médio é o puro suco conciliatório dos governos petistas. Mitiga os problemas da reforma original pelo lado da obrigatoriedade do ensino presencial e da carga horária da formação geral básica (retomando as 2.400 horas letivas totais que o NEM reduziu), mas mantém a fragmentação curricular dos itinerários formativos e o modelo de educação “profissional” baseado em cursos precários que suprimem a formação regular dos/as estudantes na última etapa da educação básica.

A despeito da grita pela revogação da Lei 13.415/2017, que inclusive pautou o debate eleitoral em 2022, Camilo Santana (PT-CE), atual ministro da Educação de Lula, assumiu o cargo sem a menor intenção de mexer na reforma do ensino médio. Assim como boa parte de seu círculo próximo, o minis-

tro nunca escondeu suas afinidades programáticas com a reforma de Temer. O amplo movimento pelo #RevogaNEM na sociedade não deixou escolha ao MEC, que adotou a clássica estratégia de despressurização de conflitos dos governos petistas: participacionismo social. Abriu-se uma consulta pública, e associações científicas, sindicatos, entidades representativas e movimentos sociais foram convocados a reiterar aquilo que já vinham manifestando há anos. As manifestações, porém, ultrapassaram as palavras de ordem comumente repudiadas pelo centrismo reacionário e pelos ideólogos da sobralização do Brasil: a pesquisa educacional feita nas universidades e institutos federais — as evidências científicas, como preferem alguns — demonstrou cabalmente a imprestabilidade do NEM.

A pedido do governo Lula, o PL de reforma da reforma tramitará em regime de urgência no Congresso Nacional. O relator escolhido para

a matéria é o deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), ex-ministro da Educação de Michel Temer e considerado o pai da reforma do ensino médio. Ao *Estadão* (12/11/2023), Mendonça afirmou candidamente que esta é uma oportunidade para “aprimorar o legado de Temer com contribuições novas”. “O que não se pode é simplesmente rasgar e jogar fora o que já havia sido feito na reforma do ensino médio”⁴.

A designação do relator causou rebuliço na base parlamentar do governo na Câmara, pelo menos nas alas mais à esquerda. Afinal, não haveria razão para colocar um dos responsáveis mais diretos pela tragédia do NEM à frente da tramitação do PL que supostamente visa mitigar os problemas da reforma. Mendonça e os reformadores empresariais perderam a capacidade de defender a reforma. Vencidos no debate público, retornam à arena política com humildade postiça para manter a espinha dorsal da reforma. “Quem me conhece sabe que não sou de vencer no grito, vou fazer o convencimento”, asseverou o ex-ministro que, em 2016, aprovou uma reforma educacional de vastíssimas proporções utilizando o insólito instrumento da Medida Provisória.

Uma resignada claque governista nas redes sociais lamentou o incidente, afirmando que o governo Lula foi emparedado por Arthur Lira e teve que aceitar a designação de Mendonça para a relatoria do PL do “novo” Novo Ensino Médio. O tom de lamúria não se justifica, já que: 1) o União Brasil, partido de Mendonça, também integra a base parlamentar do governo Lula; 2) as afinida-

des ideológicas entre o ex-ministro de Temer e o atual ministro de Lula no tocante à educação são inegáveis (ambos frequentam assiduamente os eventos de fundações como a Lemann); e 3) a reforma do ensino médio é pauta absolutamente secundária, tanto na agenda do governo federal quanto na de Lira.

A presença de Mendonça Filho na relatoria do PL 5.230/2023, nesse sentido, chega a ser confortável para o MEC, pois, apesar das divisões internas no governo a respeito

dos princípios que deveriam reger a “reforma da reforma”, aqueles que efetivamente tomam as decisões no ministério sempre foram partidários da reforma de Mendonça Filho e, lamentavelmente, do legado de Michel Temer. Este é o debate político que precisamos enfrentar: se o ministro da Educação é alinhado a uma reforma educacional que dizimou a formação escolar dos(as) jovens nas escolas públicas do país, pode-se afirmar que o governo Lula também o é.

Isso quer dizer que estudantes, professores(as), pesquisadores(as), movimentos sociais, sindicatos e toda a sociedade organizada em torno da luta pelo direito à educação nas últimas décadas só poderão contar consigo próprios e com uma pequena parte do parlamento para conter a sanha dos que querem impor às juventudes brasileiras um “novo” Novo Ensino Médio tão ruinoso quanto a versão atual, mas desta vez com o beneplácito de um governo progressista.

Notas

- 1 **Fernando Cássio** é professor da Faculdade de Educação da USP. Integra a Rede Escola Pública e Universidade (REPU) e o comitê diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- 2 <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/ensino-medio-nem-nem/>
- 3 <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/a-reforma-da-reforma-do-ensino-medio/>
- 4 <https://www.estadao.com.br/politica/coluna-do-estadao/novo-ensino-medio-podemos-aprimorar-legado-de-temer-com-novas-ideias-diz-relator/>